

Tema: <b>Sector Vitivinícola</b>		Área: <b>98438 mm2</b>		■	Âmbito: <b>Nacional</b>	
Título: <b>Vinho do Porto mais caro 21 centimos por litro</b>					Temática: <b>Generalista</b>	GRP: <b>11.3</b>
2007/07/17	JORNAL DE NOTICIAS - PRINCIPAL	Pág.1	Imagem: 1/2		Periodicidade: <b>Diaria</b>	Inv.: <b>9750.00</b>

LIBERALIZAÇÃO página 11

# Vinho do Porto mais caro 21 centimos por litro

Governo teme problema  
social profundo no Douro  
com novas regras

Tema: <b>Sector Vitivinícola</b>				Âmbito: <b>Nacional</b>	
Título: <b>Vinho do Porto mais caro 21 cêntimos por litro</b>				Temática: <b>Generalista</b> GRP: <b>11.3</b>	
2007/07/17	JORNAL DE NOTÍCIAS - PRINCIPAL	Pág. 11	Imagem: 2/2	Periodicidade: <b>Diária</b>	

# Economia E TRABALHO

Vitivinicultura

## Livre plantação de vinhas ameaça as regiões demarcadas

- ▶ Governo português teme a liberalização dos direitos de plantação da vinha, tal como propõe a Comissão Europeia
- ▶ Instituto dos Vinhos do Douro e Porto identifica esse ponto como o mais "crítico" e susceptível de criar efeitos negativos

**Teresa Costa**

O fim dos direitos de plantação de vinha começa a emergir como o principal motivo de preocupação apontado por países como Portugal à proposta da Comissão Europeia, para reformar o sector do vinho. A questão surgiu quando os 27 ministros da Agricultura se reuniram em Bruxelas, para iniciar o debate político em torno da estratégia definida pelo Executivo comunitário para acabar com os excedentes no mercado interno.

As hostilidades contra a proposta da comissão (dinamarquesa) Mariann Fischer-Boel foram ontem abertas pelo ministro francês da Agricultura, ao considerar o texto "um atentado contra a tradição" e "identidade" da produção dos vinhos europeus, mas, logo a seguir, o ministro português, que preside ao Conselho Agrícola, admitiu que o fim dos direitos de plantação pode levantar problemas ao sector, em especial nas regiões demarcadas.

Essa mesma opinião é partilhada pelo presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), Jorge Monteiro, que vê aí o ponto "mais difícil da negociação e o mais delicado", por poder "trazer mais impactos, nomeadamente, à Região Demarcada do Douro".

A questão é "crítica" porque, "hoje, para produzir vinho numa região demarcada é obrigatório obedecer a um conjunto de regras e não estamos livres de, depois, com a aplicação da reforma, quem quiser plantar nessas regiões conseguir produzir livremente com denominação de origem", alerta Jorge Monteiro.

Mas, o presidente do IVDP sublinha: "Não basta estar na região demarcada e obedecer a um ca-



Douro enfrenta a possibilidade um "problema social profundo"

**IVDP só aceita a livre plantação de vinha se for fora das regiões demarcadas**

dero de encargos". E prossegue: "Num contexto de liberalização de direitos, para ter acesso à denominação de origem não basta estar dentro da região demarcada, porque isso levaria a uma catástrofe".

Segundo explica, até agora, plantar vinha na União Europeia (UE) implica ter uma autorização, isto é, um direito. O produtor tem de ter área de vinha e o direito para a plantar. Atribuir mais direitos significa aumentar a área de vinha e, neste momento, há um desequilíbrio entre a

oferta e a procura, situação que tem levado a UE a restringir a emissão de novos direitos. E, como há muito condicionamento, tem havido muita transacção de direitos, cujo valor varia, também, em função do potencial de cada região.

Com a liberalização dos direitos, Jorge Monteiro leva-nos a imaginar o cenário: "O Douro ver-se-ia inundado, de um momento para o outro, de mais hectares de vinha. Sabendo que o Douro já é excedentário, isso ia criar um problema social profundo, na medida em que podem aparecer novos projectos de empresas organizadas, que iriam concorrer com explorações vitícolas de cariz familiar. Quem iria desaparecer? Os financeiramente mais frágeis, os mais pequenos".

Assim, só há uma circunstância em que o IVDP admite a liberalização dos direitos de plantação de vinha: fora das regiões demarcadas.

Se o plantio permanecer condicionado nas regiões demarcadas, então, Jorge Monteiro admite rever o "benefício" (quantitativo máximo fixado anualmente para produção de vinho do Porto), para o "adaptar à nova realidade do mercado do vinho". Considera-o "fundamental" e defende que deve ser cada vez mais um instrumento de política de qualidade.

A situação do Douro não é isolada. As denominações de origem de Portugal, França, Espanha e Itália partilham da mesma preocupação. "O conceito de denominação de origem é profundamente europeu. Demorou dois a três séculos a ser construído e, por ser tão bom, está a ser copiado pelos novos países produtores. Esta reforma, como ela surge, seria uma ameaça, a prazo, ao conceito. É essa talvez a nossa grande luta", concluiu. <

### Outros impactos

#### Arranque: "Pacífico, se"

A intenção de Bruxelas de arrancar 200 mil hectares de vinha, pagando 7 mil euros por ha, será, para o IVDP, uma medida "pacífica", desde que se cumpram dois princípios: "O arranque deve ser voluntário e gerido a nível nacional". Jorge Monteiro está convencido de que quem produz vinho generoso tem uma compensação económica "bastante superior" à verba oferecida por Bruxelas.

#### Promoção: "Insuficiente"

"A Comissão Europeia quer afectar 120 milhões de euros para promover o consumo de vinho fora da UE, e apenas três milhões para o mercado interno, mas a UE representa 67% do mercado mundial do vinho", assinala Jorge Monteiro, evidenciando que é na UE onde os novos países produtores promovem os seus vinhos e onde a concorrência é mais forte. Dai considerar "insuficiente" a verba para promoção neste mercado.

#### Protecção: "Faz falta"

"É mais fácil garantir a protecção de uma marca na feira de Espinho do que garantir a protecção da denominação de origem Porto a nível mundial" - afirma Jorge Monteiro para ilustrar como tem sido penoso apelar junto da Comissão Europeia para que, nas negociações com a Organização Mundial do Comércio, se dê às denominações de origem protecção igual à das marcas, para acabar com a dualidade de critérios que têm prejudicado os países da UE.

## Litro de "Porto" ficará 21 cêntimos mais caro

▶ Já se sabia que o fim das ajudas à destilação, como Bruxelas quer, poderia aumentar em 10 cêntimos o preço de cada garrafa de vinho do Porto. Mas, o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto fez a avaliação desse impacto e concluiu que, afinal, a subida será superior ao que a Comissão Europeia estimara há um ano.

Nos cálculos do IVDP, cada litro deverá ficar mais caro entre 15 e 21 cêntimos, caso entre em vigor a reforma do vinho preconizada por Bruxelas.

A destilação voluntária visa converter vinhos em aguardentes, algumas delas usadas na produção de vinhos licorosos, como o vinho do Porto.

Para chegar àqueles valores, o Instituto usou dados da Comissão Europeia, dos operadores e das destilarias portuguesas e espanholas, e dizem respeito ao agravamento dos custos na produção. O IVDP alerta que "o fim das ajudas à destilação voluntária vai reflectir-se no preço de venda do vinho do Porto", daí Jorge Monteiro defender a ma-

nutenção dessas ajudas, ou a criação de medidas alternativas, nomeadamente apoios efectivos à promoção. Sem aquelas ajudas, o aumento do preço da aguardente pode ter outra implicação. Segundo o dirigente, os países fora da UE poderão aproveitar a situação como uma "oportunidade" e colocar no mercado comunitário aguardentes

a preços inferiores. Jorge Monteiro, presidente do organismo, é ainda de opinião que devam continuar a existir apoios para situações excepcionais de quebra do rendimento dos agricultores, e não como as destilações de crise têm sido usadas por alguns estados, de forma sistemática para resolver situações de excedentes estruturais. <